



A CIDADE PERSONIFICADA NA LITERATURA DE JOÃO DO RIO

Thayenne Roberta Nascimento Paiva*

Resumo: Durante o auge da reforma urbanística de Pereira Passos e nos anos subsequentes, a capital da recém inaugurada República, Rio de Janeiro, passou por diversas modernizações econômicas, sociais e culturais. Assim sendo, partiremos da ideia de cidade personificada, para compreendermos os modos de ver e pensar de João do Rio sobre a questão da miséria na cidade carioca nessa época. Os objetos de análise serão as crônicas *Pequenas profissões* e *As mulheres mendigas*, que compõem o livro *A alma encantadora das ruas*.

Palavras-chave: Reforma urbanística, cidade personificada, João do Rio.

A rua, o único campo válido de experiências (MATOS, apud Breton, 1997, p. 118).

Será necessário dizer que uma das condições da crítica deve ser a urbanidade?

(ASSIS, 2011, p. 10)

Exercer a crítica (...) para a representação literária como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão"

(ASSIS, 2011, p. 7).

Quando João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto ou João Paulo Alberto Coelho Barreto nasceu, em agosto de 1881, a República brasileira ainda nem sonhava em nascer e Geração de 1870 já enfrentava seus desafios e dilemas. É neste cenário de pré-transição, do que viria ser o declínio da ordem imperial e nascimento de uma nova República, que João do Rio, um dos pseudônimos mais familiares de Paulo Barreto, retratou de maneira viva e apaixonada as ruas do Rio de Janeiro no começo do século XX.

Nas palavras que Olgária de Matos mobiliza para destacar a importância das ruas para Walter Benjamin, pensam igualmente João do Rio: "A rua lateja fora e dentro daquele que vai percorrê-la, mapeá-la" (MATOS, 1997, p. 139). Assim, entre os anos de 1904 e 1907, Paulo Barreto tornou as ruas cariocas palco da literatura brasileira. Escreveu crônicas sobre a

* Graduada em Bacharelado e Licenciatura, respectivamente, pelo Instituto de História e a Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é mestranda bolsista CAPES em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e mestranda em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Artigo originalmente produzido para a Disciplina de Pós-graduação em História, Modernismos cariocas – cidade, cultura e literatura na cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o século XX, do Prof. Dr. Antonio Edmilson Rodrigues. E-mail: thayenne-intelectus@hotmail.com.

vivência das/nas ruas do Rio de Janeiro e que foram publicadas em jornais da época, como no jornal Gazeta de Notícias. Advém destacar que as ruas para João do Rio pulsam vida; melhor, possuem vida própria. Em certo sentido, pode-se dizer que são elas que influenciam os modos e acontecimentos sociais, tornando-se personagens centrais nas histórias de João do Rio. Em suas próprias palavras:

(...) considere a rua um ser vivo, tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo o seu perpétuo escravo delirante, e mostrei mesmo que a rua é o motivo emocional da arte urbana mais forte e mais intenso. A rua tem ainda um valor de sangue e de sofrimento: criou um símbolo universal. Há ainda uma rua, construída na imaginação e na dor, rua abjeta e má, detestável e detestada, cuja travessia se faz contra a nossa vontade, cujo trânsito é um doloroso arrastar pelo enxurro de uma cidade e de um povo (RIO, 1995, p. 19).

Este seguiu à risca as reflexões de Baudelaire sobre o interesse por compreender tudo que cerca o tecido social. Tudo o que ocorre, deve o artista dar atenção, apreciar, sanar todas as curiosidades que emergem de suas observações, tratando-se especialmente daquelas ocorridas na cidade. Esta, palco de andanças e observações, ultrapassa a simples ideia de espaço, deixa de ser a simples transitoriedade de corpos e se torna o próprio corpo, modelado e costurado com as vivências cotidianas. Ou seja, “A cidade toma-lhe os sentidos e transforma-se num corpo vivo com o qual pode dialogar” (RODRIGUES, 2000, p. 42).

Assim, o que move João do Rio a percorrer as ruas cariocas em busca de entendimento sobre os eventos que nelas ocorrem é a curiosidade. Ou, nas palavras de Baudelaire, “(...) a curiosidade pode ser considerada como ponto de partida de seu gênio” (BAUDELAIRE, 1996, p. 17). Mas sobre qual gênio? O do *flâneur*, que toma em suas observações os comportamentos mais variados da multidão nas ruas.

A prática do *flâneur* em João do Rio corresponde a um “fascínio pela observação” e uma “atitude crítica de quem vagueia pela cidade com conhecimento profundo do que faz” (RODRIGUES, 2000, p. 17-18). Torna-se a cidade alegórica, enquanto fantasmagoria, vista pelo olhar de estranhamento do *flâneur*, que “busca o seu asilo na multidão” (BENJAMIN, 1991, p. 39). E este seguiu fielmente a figura do *flâneur*, fazendo das ruas um imenso laboratório de observação de uma multidão disforme, heterogênea e que faz as ruas pulsarem de histórias: “Quem melhor conhece a alma humana (...), conhece a alma urbana. Aquele que passeia — o *flâneur*, o forasteiro —, bem como seus pares — o colecionador, o velho, a criança —, deve decifrar o signo plural das coisas nos encontros ao acaso nas ruas da cidade” (MATOS, 1997, p. 146).

Para Baudelaire, segundo Benjamin, “Naquele tempo visava, simbolicamente, à conquista da rua” (BENJAMIN, 2000, p. 7). O mesmo podemos pensar de João do Rio. Como um legítimo *flâneur* baudelairiano, João do Rio anda, percorre, observa a efervescência da vida urbana. As ruas tomam forma, cor, cheiro, quase se pode ouvir os barulhos, as

andanças e as conversas paralelas em seus textos. Concentra-se nos modos comportamentais das pessoas nas ruas do Rio, onde preconceitos, costumes e problemas sociais aparecem.

Não obstante, até que as ruas cariocas ganhassem destaque com Paulo Barreto, elas próprias tiveram a sua história, o seu porquê de centralidade. Por isso, para compreendermos o porquê das ruas como alma, corpo e forma em João do Rio, é preciso entrever, brevemente, o contexto histórico que as circunda. Começamos pelos de cunho econômico-urbanístico e, depois, cultural.

O projeto inicial após a Proclamação da República, seguindo as influências que podiam ser sentidas da Europa, foi a remodelação filosófica e urbanística, substituindo ruelas no estilo colonial, que dificultavam o trânsito e a locomoção de transeuntes e cargas, símbolos de atraso, por novas ruas em estilo moderno. Acrescenta-se a isso a necessidade de se erradicar as doenças que transitavam por essas mesmas ruas insalubres. Deste modo, era imprescindível reconstruir um Brasil mais “civilizado”, nos moldes de uma Modernidade que ganhava cada vez mais espaço. Assim, em particular, foi o caso do Rio de Janeiro, capital da recém República.

Afastados esses problemas, o intuito era fazer a cidade carioca prosperar economicamente, atraindo crédito e comércio da Europa e dos EUA. A iniciativa partiu do então presidente da época, Rodrigues Alves, já em 1904, de transfigurar a cidade do Rio, convocando os engenheiros Francisco Pereira Passos e Lauro Severiano Müller para os respectivos postos de prefeito da cidade e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (KOK, 2005, p. 36-37).

É preciso ter em mente as dimensões técnica e cultural na Reforma de Pereira Passos, a fim de tornar moderno o centro urbano do Rio de Janeiro. A dimensão técnica ficou a cargo Clube de Engenharia, surgido em 1880, onde os debates positivos e negativos sobre a reforma se avolumavam. Em meio aos debates entre progresso e e desconsideração social, visto que as pessoas mais humildes foram deslocadas para as margens da cidade, em favelas alocadas na periferia da urbe carioca (KOK, 2005, p. 40). O que deveria prevalecer era a visão de futuro, de modernização, daí a importância de se reconfigurar a área portuária e a Avenida Central, depois nomeada para Rio Branco, e o embelezamento da cidade com novas construções *à la culture européen*, como o Palácio Monroe, a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, por exemplo.

Mas também existe uma dimensão cultural e de costumes, cujo entendimento deve ser resgatado lá em 1870. Assim como a geração de 1870 foi modelada em meio a tantas vertentes ideológicas, igualmente são as pluralidades de análises a seu respeito. A geração intelectual de 1870 surgiu no fim do Império, cuja unidade residia na sua composição por

jovens intelectuais, possuía, ao inverso, vertentes teóricas variadas influenciadas por correntes europeias igualmente difusas.

Embora a geração tenha surgido com o objetivo de ver a realidade brasileira de modo crítico e com o intuito de vê-la se modernizar (MOTA, 2002, p. 91; MOTA, 2013, p. 7), as críticas que recebeu giraram em torno de seu modismo *à la culture européen*, ou, na formulação de Sérgio Buarque, as ideias foram apenas “ornatos discursivos” (ALONSO, 2000, p. 35). Ou, ainda como Roberto Schwarz que viu na geração de 1870 apenas a exclusividade imitativa das ideias europeias. Ou seja, os discursos camuflavam uma realidade de crise com o fim de um sistema política e os problemas relacionados com a escravidão.

Todavia, existem as visões contrárias. Para a historiadora Angela Alonso, a conexão sociológica entre cultura e experiência explica o movimento de 1870, isto é, o diálogo entre ideias e experiências. A experiência compartilhada é de viés político, visto que a autonomia intelectual neste período inexistia. O olhar político podia ser percebido na seleção das concepções europeias (como o positivismo, por exemplo), selecionadas à medida em que podiam explicar a realidade brasileira. Ao redimensioná-las à análise brasileira, os intelectuais deste movimento produziam, com as ideias tomadas de empréstimo da Europa, críticas ao sistema político monárquico e suas reformas produzidas. Contudo, não se pode reduzir tais intelectuais com a política. Estes, embora dialoguem com a política, não estão estritamente vinculados à ela, salienta o historiador Antonio Edmilson.

À mesma necessidade de reformulação também incidiu sobre o aspecto cultural, perpetuada nos anos e sentida durante a reforma urbanística do Rio, pós-declínio da Monarquia. Ambos, público e privados foram remodelados aos moldes da cultura francesa, carro-chefe da *Belle Époque* carioca. A influência podia ser vista na importação de artigos de luxo (roupas, sapatos, chapéus e utensílios domésticos), bem como nas regras de se portar e andar nas ruas. O resultado disto foi “uma Metrópole brasileira que parecia um pedaço da Europa” (Nosso Século, 1900/10, p. 41, apud KOK, 2005, p. 83).

A cidade também foi espaço de convívio, de efervescência social. Surgiram numerosos cafés, confeitarias, bares e com eles uma vida noturna que se transformava em reduto da boemia literária carioca. Essa boemia estava nas ruas, como pessoas comuns, mediando os aspectos positivos e negativos dessas mudanças por meio dos jornais, outro fator em crescimento na época. A presença dos intelectuais na arena jornalística foi fulcral para modelar um conjunto de pensamentos e valores que caracterizaram o Rio ao longo do século XX: “O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para um mundo dos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções”. (ASSIS, p. 48).

O aburguesamento da boemia literária, ao tomar a imprensa como ganha-pão, para além da vontade crescente por informações, conectou literatura e imprensa. É na época desta ligação que João do Rio surgiu, onde a função de jornalista lhe deu histórias para as suas criações literárias. Com isso, esse pré-frankfurtiano pode retratar o “mundo das sombras” que a modernidade encobria (RODRIGUES, 2000, p. 131). Destarte, o ato de pensar a cidade e sua memória em ruínas não se traduz apenas no resgate do passado, mas que “devolve de alguma forma a palavra aos que foram silenciados” (MATOS, 1997, p. 125).

A produção de um jornalismo literário ou “literatura cotidiana”¹ em João do Rio correspondia a uma necessidade de gerar críticas sobre os temas que se propunha a investigar. Com a crônica, Paulo Barreto revelou o que era escondido com a modernização e as mudanças desenfreadas: o submundo das cidades (SIQUEIRA, 2004, p. 85). Isto era a sombra que a sua produção literária procurou dar voz.

A modernização das metrópoles foi produzida pelo advento da Modernidade, “conceito de contraste” (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 473), entre o que se afirma e o que se nega. No século XVIII, com o Iluminismo, o conceito adquiriu uma presentificação, isto é, referia-se a eventos ocorridos no presente. Esta visão se estendeu até o século XX, quando o contraste residiu sobre as diferenças entre as sociedades atuais e as pretéritas, pensadas especialmente no caso Ocidental.

Neste sentido, a Modernidade somente poderia refletir sociedades ocidentais que desde o século XVIII estavam em pleno desenvolvimento industrial, científico e econômico. Ou seja, a recuperação que os modernos faziam na História servia somente para expor as sociedades que foram capazes de progredir, expondo uma visão utilitarista e teleológica da História. No caso do Rio de Janeiro, a Modernidade apresentou entraves, pois ainda tínhamos o problema da escravidão (apesar de sua abolição) e, com isso, disparidades sociais, que marginalizava os mais humildes e concentrava a prática de consumo ao invés de trabalho, limitando a expansão da Modernidade.

Somado a isto, com a expansão do capital monopolista a subjetividade/individualidade é eliminada, acarretando o aniquilamento da alteridade e a homogeneização social. A metrópole perde sua aura e se transforma na negação da cidade e da vida rural. A metrópole subtrai a autonomia cultural da cidade e a subjetividade se esfacela na multidão. A observação do *flâneur* tenta resgatar essa subjetividade desfeita e vê na cidade o espetáculo, a vitrine, a mercadoria.

Todavia, esse resgate é um ato negativo, uma tentativa em vão, derrotada pela despersonalização e produtivismo da metrópole, acentuando uma incomparabilidade e impessoalidade de tudo que a compõe. E o motor dessa despersonalização é o capital, “um

¹ Como Machado de Assis melhor concebe a eclosão e popularidade do jornal. ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 49.

poder tanático que destrói o espaço fugidio da cidade, convertendo-a em metrópole impessoal e sem memória” (MATOS, 1997, p. 124).

Em meio a este panorama que João do Rio escreveu as suas crônicas, marcadas pela ambivalência da época: tanto resgatou os progressos advindos da modernização da cidade, bem como expôs, num misto de literatura e jornalismo, o submundo paupérrimo que a mesma cidade teimava em mascarar. Não significa dizer que podemos ver na cidade o reflexo mais geral das mudanças que o Brasil passou com a instauração da República, mas a concentração sobre o Rio nos permite ter a compreensão dos modos como a cidade ia se transformando, tanto fisicamente quanto em seus significados.

Com *A alma encantadora das ruas* João do Rio quis “(...) mostrar os conflitos e reclamar da pouca atenção dada à nações subterrâneas, as classes perigosas” (RODRIGUES, 2000, p. 40-41). A rua, como uma colcha de retalho de sentimentos e sensações, é porta-voz dos mais humildes, daqueles que tentam ganhar a vida à margem dos progressos da cidade. Na crônica *Pequenas Profissões* trata justamente do modo como as pessoas mais pobres tentam ganhar a vida e sustento a partir daquilo que a rua produz: lixo. Muito dos artigos que vendem são objetos descartados pelo desgaste do uso, como botas velhas. Mas mesmo nas profissões mais humildes existem os que dela querem tirar vantagens. São os malandros que igualmente se infiltram nas “pequenas profissões ignoradas” (RIO, 1995, p. 27) para ganhar dinheiro fácil para sustentar os vícios de jogos e bebidas.

A presença da miséria, apesar dos progressos que a cidade era imposta a sofrer, não impedia que nela a miséria tivesse o seu espaço, “A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela” (RIO, 1995, p. 4). A história de um cigano trambiqueiro que tenta, a todo custo, vender os artigos de que dispõe, calça e anéis, como se fossem produtos de primeira linha. Passada nas proximidades do cais, a história retratada uma cidade frenética, movimentada, “mais intensa, mais brutal, mais gritada”, na proporção de “imundices e de vícios”. Estas “pequenas profissões que perambulavam pelas ruas da cidade” refletiam “um exército de infelizes”, como o cigano, que disputavam entre si a conquista do dinheiro do dia. As pessoas que compartilhavam da miséria, desta “academia da miséria” eram provenientes das “fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; O Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados” (RIO, 1995, p. 23-25).

Todavia, essa mesma miséria alimentava a cidade, na medida em que o que se resgatava do lixo era transformado em produto, ou servia para qualificar um produto de menor valia, como os anéis dos charutos, comprados para dotar charutos fajutos com qualidade. O Rio era uma “vasta Babel”, onde os progressos também faziam a cidade

progredir, como “partes integrantes do mecanismo das grandes cidades!” e que também compensavam os mais humildes, que “apanham o inútil para viver” (RIO, 1995, p. 24, 27).

Em *As mulheres mendigas*, João do Rio novamente explora a questão da miséria sem, no entanto, deixar de associá-la com a malandragem, quem são os que de fato dependem da esmola para sobreviver e quem dela se aproveita. O curioso é que do início ao fim desta crônica malandragem e necessidade andam lado a lado, pois somente em meio da dores e moléstias quase ou totalmente inventadas, as mulheres mendigas desta história conseguem a esmola do dia.

Como ofício, a mendicância se torna regular e rentosa, praticada por uma pluralidade de mendigas, como ressaltado por João: “Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça” (RIO, 1995, p. 126).

Em todas elas, a esmola é certa quando o bairro que exploram também é certo, fixo, tornando o ato de esmolar é “(...) uma profissão menos fatigante que coser ou lavar - e sem responsabilidades, na sombra, na pândega. A maior parte dessas senhoras não sofre moléstia alguma; sustenta a casa arrumadinha, canja aos domingos, fatiotas novas para os grandes dias” (RIO, 1995, p. 127).

Assim posto, nota-se que João do Rio expõe um lado marginalizado da sociedade que, para sobreviver aos avanços de uma modernização que seleciona seus partícipes, delega aos menos favorecidos as artimanhas de sobrevivência, na ânsia de se manterem frente a agonia e a miséria.

Considerações finais

João do Rio viu nas ruas do Rio de Janeiro, no começo do século XX, o meio fértil de apresentar como as experiências cotidianas respondiam e eram produzidas pelas transformações que sofreu a cidade. Unindo jornalismo e literatura, percorreu este corpo vivo que foram as ruas cariocas, expondo não apenas as pessoas que nelas vivam, mas como as próprias ruas viviam e tinham alma, influenciando os modos como as pessoas lidavam com os quadros mais díspares de sobrevivência, mendicância, malandragem, agonia e sofrimento. Para tanto, a melhor maneira de captar estas visões foi flunar pelas ruas, de modo atento e crítico.

Tornando a multidão seu abrigo, observa-a e extrai de sua disformidade e heterogeneidade as mais diferentes histórias, que não excluem os problemas sociais que a modernização da cidade produziu. Nas duas crônicas analisadas, *Pequenas Profissões* e *As mulheres mendigas*, João do Rio retratou os meios e subterfúgios para a sobrevivência da miséria, que igualmente alimentava a cidade. Do lixo que as ruas cariocas produziam,

peças pobres perambulavam a procura de compradores para os seus achados, tornando o inútil meio de sobrevivência, de ganho do dia.

Somado a isso, a malandragem era mobilizada como intuito de ganho, de artifício para conquistar a esmola do dia. De artimanhas, acrescidas a agonia e ao sofrimento que os mais pobres lutavam para vencer, a miséria se tornava ofício em uma República que concentrava seus objetivos apenas em uma modernização que segregava socialmente desde o seu nascimento, aniquilando alteridades e deslocando para a margem a parcela mais pobre da sociedade.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870**. RBCS, vol. 15, nº 44, 2000, outubro. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX**. IN: KOTHIE, Flávio (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991, p. 30-43.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

BUTLER, Christopher. **Modernism: A Very Short Introduction**. New York: OUP Oxford, 2010.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

MOTA, M. A. R. **A escrita da nacionalidade na Geração de 1870**. O Brasil entre méritos e defeitos. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 34, p. 87-106, 2002. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682113_ARQUIVO_AGeracaode1870eainvencaosimbolicadoBrasil.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

MOTA, M. A. R. . **A Geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil** (trabalho completo). In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal (RN). XXVII Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos. Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 1, p. 1-18, 2013.

MATOS, Olgária C. F. **História viajante: notas filosóficas**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **João do Rio: a cidade e o poeta - olhar de flâneur na belle époque tropical**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. João do Rio, **Repórter da Pobreza na Cidade**. Em Questão, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 81-93, 2004, jan./jun. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/84/44>>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.